

## Trajetória de uma política pública: o governo federal e a educação indígena no Brasil<sup>1</sup>

Luís Donisete Benzi Grupioni<sup>2</sup>

---

*A mudança do governo federal em 2002 mostrou que a política de educação escolar indígena tem baixa institucionalidade no país. Quando objetivos a médio e longo prazo, programas e ações, recursos financeiros, práticas e procedimentos ficam a mercê de cada nova gestão, tem-se, antes de tudo, uma política de governo e não do Estado brasileiro.*

### Educação indígena como política pública

Foi sob a bandeira de que a educação é um direito dos índios e não um ato assistencialista do Estado que se criaram condições objetivas para estruturar uma política pública de educação indígena no Brasil. O impulso legal para tal guinada veio com a Constituição de 1988 impactando positivamente a atualização da legislação educacional no país. Esta passa a considerar a demanda indígena por escolarização como uma modalidade de ensino específica a ser atendida pelo sistema nacional de educação. Dispositivos constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação e na Convenção 169 da OIT, bem como a Resolução 03 e o Parecer 14 do Conselho Nacional de Educação respondem pela institucionalização da educação indígena no sistema de ensino do país. Já a transferência da coordenação das ações de educação indígena da Funai para o MEC, em 1991, e o conseqüente envolvimento dos sistemas de ensino estaduais e municipais, respondem, no plano administrativo, pela incorporação das escolas indígenas como parte do sistema educacional, com a respectiva legalização exigida.

Na origem desse novo contexto, registra-se a experimentação de novas práticas educativas, conduzidas em algumas comunidades indígenas articuladas com organizações da sociedade civil de apoio aos índios. Estas práticas alternativas rechaçaram as premissas catequéticas e civilizadoras que historicamente definiam a imposição e instalação de escolas em meio indígena e passaram a ser referência

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revista e ampliada do artigo publicado pelo autor em [Povos Indígenas no Brasil 2001-2005](#), do Instituto Socioambiental, São Paulo, 2006.

<sup>2</sup> Doutorando em Antropologia Social na USP e pesquisador do Iepé e do NHII/USP.

para a construção de um novo modelo de escola e de educação, encampado agora pelo Estado, como paradigmáticas para a formulação dessa nova política pública.

Os documentos lançados pelo MEC, construídos com base no trabalho de militantes, especialistas e índios, vinculados a tais práticas, até pouco tempo atrás caracterizadas como inovadoras e alternativas, conformariam o arcabouço conceitual a garantir a universalização do ensino público, laico, não homogeneizador, que ao propiciar acesso a conhecimentos e saberes escolares, deveria respeitar e fortalecer as diferentes línguas e culturas indígenas.

Programas de formação de professores indígenas passaram a ser considerados prioritários para a efetividade dessa política pública, não só por parte das comunidades indígenas e aliados, mas também por parte dos agentes públicos responsáveis pelo setor, ensejando financiamentos e engajamento administrativo. Publicar materiais didáticos específicos, nas línguas indígenas ou em português, elaborados nesses contextos de formação, tornou-se sinal da efetividade de práticas escolares diferenciadas, sendo um dos principais cartões de visita dessa nova política pública.

O universo sobre o qual incidem programas e ações do governo federal na área de educação indígena passou a ser monitorado com dados estatísticos produzidos a partir do censo escolar nacional, realizado anualmente em todas as escolas do país. Na tabela abaixo se pode acompanhar a evolução do número de escolas e de estudantes indígenas nos últimos anos.

<b>Escolas e Estudantes Indígenas no Brasil</b>				
<b>Escolas Indígenas</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Estaduais	733	981	1.099	1.083
Municipais	946	1.052	1.099	1.219
Particulares	23	24	30	22
Federais	4	3	0	0
<b>Total</b>	<b>1.706</b>	<b>2.060</b>	<b>2.228</b>	<b>2.324</b>
<b>Estudantes Indígenas</b>				
Educação Infantil	9.476	11.429	14.152	18.583
EF 1a. a 4a. série	82.918	96.597	99.632	104.573
EF 5a. a 8a. série	16.148	18.954	19.371	24.251
Ensino Médio	1.187	2.248	2.047	4.749
Educação Jovens Adul	7.717	10.328	12.369	11.862
<b>Total</b>	<b>117.446</b>	<b>139.556</b>	<b>147.571</b>	<b>164.018</b>

Fonte: CGEEI/SECAD/MEC

## Educação Indígena na Secretaria de Educação Fundamental

Quando em 1991, em pleno governo Collor, a educação indígena foi transferida da Funai para o MEC, estados e municípios, criou-se uma situação de conflito entre os diferentes órgãos governamentais. De um lado, a Funai lutou contra a perda de controle sobre essa área de atuação, de outro, secretarias estaduais e municipais relutaram em aceitar a nova incumbência. Essa transferência foi marcada por um tipo de jogo de empurra-empurra de responsabilidades que, ainda que tenha perdido intensidade, até hoje se manifesta em vários contextos.

Desde que ocorreu essa transferência, o MEC vem assumindo o posto de orientador e definidor de políticas, elaborando diretrizes e referenciais para o setor e disponibilizando programas de assistência à educação e aos estudantes, alguns dos quais especialmente adaptados às especificidades indígenas. Ao assumir a condução dessa política, o MEC transferiu aos Estados não só a responsabilidade pela criação e manutenção das escolas indígenas e a demanda por formar e contratar índios como professores, mas também o que ela implicava de custo financeiro. A maioria dos Estados recebeu esse novo encargo a contragosto, e diferentes foram os ritmos de absorção dessa nova atuação. O interesse político na questão indígena, por parte de secretários estaduais e governadores, bem como a existência de técnicos motivados com essa modalidade de ensino, respondem, em grande parte, pelo modo distinto com que a educação escolar indígena tem se enraizado nas instâncias estaduais.

A lógica da atuação do governo federal nas gestões Itamar e FHC foi a de estabelecer um regime de colaboração com os Estados, a partir de uma divisão de responsabilidades: enquanto o MEC assumiu a formulação de diretrizes e programas nacionais, os Estados absorveram a incorporação das escolas indígenas dentro de suas redes de ensino.

O modo como dois programas foram propostos e lançados pelo MEC em 2001 é indicador da forma como o governo federal concebeu essa colaboração: disponibilizava os programas na esfera federal para sua execução em nível estadual, cabendo a este segundo nível a alocação dos recursos financeiros para sua efetivação. Foi assim que após lançar as *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*, em 1993, e o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*, em 1998, o MEC lançou, em 2001, o programa *Parâmetros*

*Curriculares em Ação: Educação Escolar Indígena*, com um conjunto de materiais que visavam impulsionar programas de formação de professores indígenas nos Estados. Eram fornecidos materiais especialmente preparados para os professores indígenas, bem como aos assessores qualificados para a realização dos encontros, cabendo aos Estados os custos de mobilizar e manter os índios na formação. Paralelamente o MEC ofereceu um programa de capacitação para técnicos e gestores governamentais das instâncias estaduais, centrado na disseminação de informações básicas sobre os fundamentos da educação escolar indígena. Aqui, de novo, os custos de mobilização dos técnicos cabiam aos Estados. Ambos os programas tiveram aceitação nacional, mas vida curta, face à mudança no Governo Federal em 2002.

Paralelamente a esses programas e encerrando o ciclo de documentos de caráter formativo e normativo propostos pelo MEC aos sistemas de ensino foi lançado, em 2001, o *Referencial para Formação de Professores Indígenas*. Este documento, redigido entre os anos de 1999 e 2001, pretendeu sistematizar um conjunto de práticas e experiências em formação de professores indígenas, de modo a servir como um documento de orientação que pudesse impulsionar programas de formação no âmbito dos sistemas estaduais de educação, respondendo tanto a demanda dos índios por formação, quanto à exigência legal de titulação desses professores. Todos esses documentos foram produzidos na perspectiva de dar especificidade ao tema indígena dentro da implementação de ações e políticas mais gerais propostas para o ensino fundamental de todo o país.

Até 2002, duas linhas principais de financiamento foram executadas pelo MEC: uma para formação de professores indígenas e outra para publicação de materiais didáticos. Para as secretarias estaduais de educação disponibilizou-se cerca de 400 mil reais anuais via financiamento do FNDE. Os poucos recursos colocados à disposição dos sistemas de ensino integravam uma estratégia do MEC no sentido de empurrar a conta da educação indígena para a instância estadual, com o uso dos recursos garantidos pelo Fundef. E, talvez, ela seja responsável pela morosidade com que a temática tenha sido absorvida nessas instâncias, já que muitos secretários de educação, antes de enfrentarem a demanda indígena, reivindicavam do governo federal linhas específicas de financiamento e recursos para atuar com essa nova modalidade de ensino.

Já as organizações indígenas e de apoio aos índios contavam com uma linha de financiamento exclusiva, via recursos internacionais, PNUD e Unesco, com dois editais por ano, que permitiam iniciar e consolidar programas de formação de professores indígenas, bem como a publicação de materiais didáticos específicos. Uma comissão formada por representantes da ABA, Abralin e universidades, avaliava os projetos encaminhados a partir de pareceres *ad hoc* emitidos por especialistas que integravam um cadastro de consultores em educação indígena. O orçamento para ONGs indígenas e de apoio, cujo trabalho era considerado como prioritário para financiamento direto pelo MEC, girava em torno de um milhão de reais anuais.

Além de contarem com uma linha própria de financiamento para seus projetos, as ONGs que conduziam programas de formação de professores indígenas influenciaram ativamente a construção da política de educação indígena implementada pelo MEC, seja porque seus projetos foram considerados referências para a estruturação dessa nova modalidade de educação, seja porque representantes dessas organizações estiveram à frente na coordenação e elaboração de todos os documentos orientadores dessa política bem como tiveram papel marcante no desenho e implementação dos principais programas desenvolvidos nesse período.

No final de 2001, o Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC, que reunia representantes indígenas e não-indígenas de vários setores que atuavam na educação indígena, foi extinto e em seu lugar foi constituída a Comissão Nacional de Professores Indígenas, composta unicamente por professores indígenas, sendo 13 titulares de diferentes regiões do Brasil. Empossada no âmbito da SEF, a Comissão tinha função assessora e propositiva em relação à política de educação escolar indígena. Sua instalação foi saudada como uma conquista pelo movimento indígena, por ser a única instância totalmente indígena a executar o controle social de uma política implementada pelo Estado brasileiro, e recebida com certa reserva por parte de outros setores que compunham o antigo Comitê, que deixavam de contar com um canal direto e institucionalizado de representação junto ao MEC.

Em 2002, no encerramento da gestão, a Secretaria de Ensino Fundamental empreende duas avaliações de suas ações no campo da educação indígena. A primeira delas, de caráter mais oficial, foi realizada internamente, e publicada num relatório de prestação de contas da gestão. Para a segunda avaliação, constituiu-se uma comissão de especialistas, que produziu um documento contendo

muitas sugestões, que, porém, não tiveram nem publicidade nem impacto nas práticas instituídas pelo novo governo.

### **Educação Indígena na Secad**

A nova gestão da educação indígena no MEC, iniciada em 2003, ocorreu a partir de um novo enquadramento institucional da temática. Lotada na Secretaria de Ensino Fundamental desde sua criação, primeiro como assessoria e depois como coordenação, a gestão da educação indígena foi transferida para a então recém criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), onde também se reuniram as coordenações de educação de jovens e adultos, afro-descendentes, do campo e das minorias sexuais. A Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, quando de sua transferência para a Secad, passou a denominar-se Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena. Essa transferência foi recebida com um certo ceticismo por parte dos atores desse campo, que, de um lado, temiam a perda do espaço já conquistado dentro da estrutura da antiga SEF, e, de outro, frustravam-se pelo não atendimento de uma reivindicação que também fora apresentada ao governo anterior: a da criação de uma Secretaria Nacional de Educação Indígena no MEC. Contra-argumentando, os novos gestores afirmavam que tal mudança representaria a possibilidade de colocar a educação indígena num novo patamar, ampliando as ações para além do ensino fundamental, com a inclusão do ensino médio, e aproximando essa modalidade de outras a partir de incorporação da temática da diversidade na agenda política e institucional do MEC. Nessa mudança, o Programa Diversidade na Universidade, então abrigado na Secretaria de Ensino Médio, também é transferido para a Secad, e tem alguns de seus eixos reorientados para atender a demanda por ações no ensino médio e nas licenciaturas interculturais.

Não obstante tal mudança, cria-se no âmbito da Secretaria de Ensino Superior uma assessoria para cuidar da questão da educação superior indígena, que será responsável por um edital para viabilizar licenciaturas interculturais para formação de professores indígenas. Entre 2005 e 2006, o repasse de recursos para universidades federais e estaduais com propostas de licenciaturas interculturais foi da ordem de R\$ 3.200.000,00.

Além dessa nova posição dentro do organograma ministerial, ocorreu uma nova situação em termos da composição da equipe de

gestão da educação indígena dentro do MEC. Esta deixou de ser exercida por gestores da burocracia do quadro do ministério, e em 2003 passou a ser assumida por profissionais que vinham, há muitos anos, atuando no campo da educação indígena.

Seminários e encontros nacionais que haviam marcado as gestões anteriores, envolvendo diferentes atores do campo da educação indígena, entre os quais secretarias de educação, especialistas universitários e representantes de organizações não-governamentais deixaram de ser realizados. No seu lugar, encontros regionais, centrados na problemática do ensino médio, foram realizados em 9 regiões do país ao longo de 2004, alguns deles resultando em cartas de compromissos entre as diferentes esferas de governo.

A instância consultiva e assessora da política do MEC foi reorganizada, em 2004, passando a denominar-se Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, composta a partir de então por 10 representantes de professores indígenas e 5 representantes de organizações indígenas. Com essa nova configuração, a Comissão passou a ser a principal interlocutora do MEC para discussão da política de educação indígena.

Ainda em 2004, foi criada a Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (Capema), reunindo professores indígenas e especialistas com a função de, entre outras, avaliar propostas de publicação apresentadas por secretarias estaduais e municipais de educação, ONGs e organizações indígenas. Um edital de convocação de projetos foi realizado no período.

Outro interlocutor que passou a estar mais presente na arena de atuação do MEC foram os sistemas estaduais de ensino, que passaram a ser objeto de investimentos institucionais com aumento expressivo de aporte de recursos financeiros. Esses recursos foram disponibilizados para a realização de formação inicial e continuada de professores indígenas, publicação de materiais didáticos e construção de escolas.

Dados fornecidos pelo MEC são reveladores da prioridade estabelecida nesta gestão para a consolidação de investimentos na área de educação indígena voltados para a atuação das Secretarias Estaduais de Educação. Os orçamentos anuais disponibilizados para essa modalidade de ensino têm crescido de forma constante. No

quadro abaixo se pode verificar o incremento dos valores, seja em termos do orçamento destinado à área, seja em termos dos valores efetivamente repassados aos sistemas.

Ano	Orçamento MEC – PPA para educação Indígena*	FUNDESCOLA repassado para Estados	Recursos para rede física repassados para estados e municípios	Total
2003	400.000,00	1.600.000,00**		2.000.000,00
2004	1.900.000,00	1.800.000,00**		3.700.000,00
2005	3.300.000,00		18.519.352,00	21.819.352,00
2006	5.600.000,00	5.400.000,00** *		11.000.000,00

\* repassados para Secretarias de Educação e ONGs - Fonte:CGEEI/SECAD/MEC

\*\* recursos para formação de professores

\*\*\* recursos para construção de escolas

Se em anos anteriores, as ONGs foram priorizadas no financiamento de projetos, nesses últimos anos o foco deslocou-se para os sistemas de ensino estaduais e municipais. Os valores apresentados na tabela evidenciam um aumento expressivo de recursos repassados pelo governo federal aos estados. Além de investimentos em programas de formação de professores indígenas, em nível médio e superior, e publicação de materiais didáticos, percebe-se um investimento importante na reestruturação da rede física das escolas indígenas, com recursos para construção, reforma e ampliação desses estabelecimentos.

Nesse novo contexto, as ONGs perderam não só recursos, como também espaço de influência, articulação e destaque dentro da política implementada pelo MEC. Este tomou como parceiro principal os sistemas de ensino estaduais e procurou enraizar a temática junto ao Consed, o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, que criou uma sub-comissão de educação indígena para dar agilidade e encaminhamento às propostas construídas conjuntamente. Logo em 2003, as ONGs já percebendo a falta de canais institucionalizados de interlocução com o governo tentariam propor uma agenda de trabalho, que não encontrou receptividade. Entre as propostas apresentadas estava a criação de um sistema nacional de educação indígena, a criação de uma secretaria nacional no MEC para cuidar dessa temática e a instituição de um fundo permanente para projetos de formação de professores indígenas.

Nos últimos anos, o campo da educação indígena vem sendo marcado por um discurso hegemônico, construído a partir de certas afirmações e valores associados ao “bilingüismo”, à “diferença” e à “especificidade”, e ao caráter “comunitário” da educação nas aldeias. Recentemente, esse discurso sofreu uma inflexão, com certa partidização das discussões sobre educação indígena, na medida em que se tornou recorrente no MEC a prática de se contrapor à administração atual com relação à anterior, afirmando-se os ganhos e avanços da atual gestão.

### **Funai e MEC: conflito (d)e interesses**

A partir de 2003 registrou-se uma maior aproximação entre o MEC e a Coordenação Geral de Educação da Funai, num movimento produzido pelos novos gestores da educação indígena, que assumiram a perspectiva de construir um trabalho de parceria e colaboração, abandonando a disputa que marcava a relação entre os dois órgãos federais desde 1991.

Ainda que desincumbida da responsabilidade pela coordenação das ações de educação indígena no país, a Funai manteve orçamento e linhas de trabalho com relação à promoção de ações de formação de professores indígenas e de apoio às escolas das aldeias. Funai e MEC têm se articulado em ações conjuntas no âmbito dos Estados, visando à implantação de cursos de formação de professores e organização das comunidades indígenas para demandarem melhores condições de funcionamento das escolas nas aldeias. Ocorreram várias audiências públicas nos Estados, envolvendo essas duas instâncias, juntamente com o Ministério Público Federal, para se tentar solucionar impasses e atender reivindicações indígenas. Uma série de oficinas de capacitação em gestão e controle social indígenas também foi desenvolvida em parceria.

Diferentemente do MEC, que sofre os constrangimentos da mudança de orientação no governo federal, alguns setores da Funai parecem passar por essas alterações de gestão sem sofrer maiores discontinuidades. Mantendo um orçamento estável, tem contribuído com programas de formação de professores indígenas em várias regiões do país, priorizando inclusive as iniciativas de licenciaturas interculturais, e apoiado o movimento de comunidades e professores indígenas em suas reivindicações junto aos sistemas de ensino. No vácuo criado pela crônica situação de desmantelamento do órgão

indigenista, a Coordenação Geral de Educação da Funai vêm construindo para si um papel de fiscalização das ações de educação indígena no país, criando um sentido muito objetivo para a vaga referência de “ouvida a Funai”, constante no decreto de 1991, quando da transferência de responsabilidades para o MEC. Ainda assim, a tradição assistencialista do órgão permanece por meio de ações e investimentos para a manutenção de estudantes indígenas nos centros urbanos.

A parceria entre Funai e MEC experimentada em anos recentes não resolve o caráter incongruente da existência de dois órgãos federais voltados ao mesmo setor, deixando sempre aberta, na duplicidade de incumbências, a possibilidade de desentendimentos, não só administrativos como de orientação política. É o que se percebe com o ressurgimento da proposta de federalização das escolas indígenas, que conta com apoio explícito da atual presidência do órgão indigenista, e que começa a encontrar ressonância entre alguns professores indígenas. Duas posições parecem estar se firmando nessa discussão: a estadualização não surtiu o efeito esperado, então caberia a União recuperar essa ação, trazendo-a de volta ao órgão indigenista, e a outra posição, partiria do mesmo diagnóstico, da não operacionalização do modelo estadual / municipal, para sugerir a criação de um sistema federal de educação indígena. Essa discussão tem aparecido, por exemplo, nas conferências regionais preparatórias que a Funai realizou no ano de 2005, visando a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, ocorrida em abril de 2006. Seu ressurgimento é indicativo da insatisfação de vários setores com o tratamento que a educação indígena recebe por parte dos governos estaduais.

O modo como Funai e MEC têm se posicionado frente a esse debate coloca novamente os dois órgãos em arenas distintas, reacendendo antigas rivalidades, agravadas pelos posicionamentos políticos antagônicos dos atuais dirigentes de ambos os órgãos.

### **Descaminhos e desafios**

A trajetória de programas e investimentos financeiros direcionados à educação indígena no governo federal nos últimos anos revela a baixa institucionalidade dessa política pública. Esta apresenta características próprias de uma política de governo, sujeita às mudanças de orientação política a cada troca de dirigentes. E vários desafios permanecem para sua consolidação.

O principal deles diz respeito a construir mecanismos adequados por meio dos quais a escola indígena, inserida nos sistemas de ensino, consiga sobreviver com identidade própria. Neste sentido, é digno de nota o esforço que o MEC vem desenvolvendo nos últimos anos em termos de reconhecer e identificar as escolas indígenas nos censos escolares, incentivando as secretarias de educação a darem visibilidade a essas escolas, o que implica reconhecê-las como uma categoria própria e distinta das demais escolas do sistema, tal como preconiza a legislação. Esse reconhecimento não pode se restringir ao aspecto técnico e legalista, mas deve implicar no esforço de tratá-la em sua especificidade.

Um outro desafio remete a criação da categoria professor indígena dentro dos sistemas de ensino. Trata-se não só de encontrar um lugar funcional para esses professores, como de ter que enfrentar questões extremamente complexas como concursos públicos diferenciados, planos de cargos e salários específicos, continuidade da formação etc. Aí é que se cria um impasse ainda não equacionado, pois os sistemas, de modo geral, encontram-se extremamente despreparados para enfrentar a gestão dessa modalidade de ensino, com pessoal pouco qualificado, poucos recursos financeiros e falta de compreensão e vontade política dos atuais dirigentes.

De maneira geral, os professores indígenas não têm encontrado formação adequada para enfrentar a empreitada de repensar a instituição escolar, com vistas a dar efetividade à proposta de uma escola “verdadeiramente” indígena. Inseridos no sistema, assumem cada vez mais o papel de funcionários dos governos estaduais do que propriamente o de agentes em suas comunidades. A proliferação dos cursos de formação de professores indígenas sob responsabilidade exclusiva dos sistemas de ensino tem ensejado a necessidade de uma avaliação criteriosa a respeito da natureza da formação que vem sendo oferecida aos professores indígenas por meio de cursos de formação em nível médio e agora também em nível superior. Inspirados nos programas de ONGs, que estavam alicerçados em práticas que se desenvolviam ao longo de muitos anos, alguns com duração de mais de dez anos, os novos cursos estruturam-se em tempos curtos, de quatro a cinco anos. Contudo, os momentos presenciais dessa formação, quase toda ela em serviço e em contextos pluriétnicos, se desenvolvem com uma empobrecida grade curricular, inspirada cada vez menos na história, na cultura e na especificidade dos grupos envolvidos. Contando com número crescente de formadores oriundos das equipes

pedagógicas das Secretarias de Educação, esses programas vão perdendo densidade antropológica e lingüística em prol do repasse de conteúdos e competências exclusivas à função docente. Tem havido pouco engajamento na tarefa de propiciar aos professores indígenas a oportunidade de pensar coletivamente um projeto específico e próprio de escola, que permita sair de uma genérica escola indígena, que tem se pautado antes de tudo pela baixa qualidade do ensino oferecido, para uma escola que se pautar pelas demandas e projetos de futuro das respectivas comunidades indígenas.

Diante deste quadro, cada vez mais burocratizado de práticas de formação de professores indígenas e de engessamento da instituição escolar, talvez a proposição de retomada da discussão sobre um sistema próprio para a educação indígena, ainda que hoje pautado por interesses não tão nobres, possa representar uma oportunidade para retomar velhas indagações a respeito do sentido da escola em terras indígenas, aprofundando a discussão sobre os rumos da política nacional de educação escolar indígena no país. Nesse contexto, seria de se esperar que as ONGs, que tiveram papel marcante na estruturação da política de educação indígena, assumam uma postura mais propositiva, impulsionando as discussões com vistas à consolidação de um quadro de reconhecimento da diferença cultural e de respeito às experiências inovadoras de processos escolares em terras indígenas. Para isso, elas precisam romper com a frustração de não terem sido chamadas para a mesa de negociações com o atual governo e recuperar seu protagonismo político enquanto movimento social organizado frente ao Estado brasileiro.

## **Bibliografia**

**Grupioni, Luís Donisete Benzi** - 2006 - "Conceitualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil" in Grupioni, Luís Donisete Benzi (Org.) - *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias*. Coleção Educação para todos. Ministério da Educação e Unesco, Brasília, pág. 39-68.

**Grupioni, Luís Donisete Benzi** -2003 - "Do discurso e das ações: a educação intercultural como política pública" in *Cadernos de Educação Escolar Indígena, 3º grau indígena*. Unemat, V. 2, n.1, Barra do Bugres, págs. 144-161.

**Grupioni, Luís Donisete Benzi** -2004 - “Das leis para a prática: impasses e persistências no campo da educação escolar indígena no país” in *Cadernos de Educação Escolar Indígena, 3º grau indígena*. Unemat, V. 3, n.1, Barra do Bugres, págs. 69-77.

**Ministério da Educação** - 1993 - *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*, MEC, Brasília.

**Secretaria do Ensino Fundamental** - 1998 - *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*, MEC, Brasília.

**Secretaria do Ensino Fundamental** - 2001 - *Parâmetros Curriculares em Ação: Educação Escolar Indígena*, MEC, Brasília.

**Secretaria do Ensino Fundamental** - 2001 - *Referencial para Formação de Professores Indígenas*, MEC, Brasília.